

À COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ARARUNA –
ESTADO DO PARANÁ

ROSIMEIRE DE PAULA MARCHINI EIRELI EPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº 10.931.672/0001-74, situada na Rodovia BR 376, 3.127, Parque Industrial I, em Mandaguari, Estado do Paraná, vem, à presença de Vossas Senhorias, respeitosamente, ante à *habilitação* da empresa Construtora Berit, na Tomada de Preço nº 006/2017 PMA, realizada pelo Município de Araruna, APRESENTAR:

RECURSO

consoante os fundamentos a seguir aduzidos,

I – SÍNTESE.

Após o início da sessão de abertura do procedimento licitatório, em análise aos envelopes de documentação e propostas de preços ofertadas pelas licitantes, a recorrente impugnou a documentação apresentada pela recorrida, ante o desatendimento ao item 8.1.3 “f” do edital, vez que, o acervo técnico colacionado indicou objeto diverso daquele licitado.

Em que pese a impugnação realizada, encerrada a sessão, a r. Comissão decidiu habilitar, além da recorrente, a proponente Construtora Berit, entretanto, a decisão merece reforma, nos termos da fundamentação que segue.

II – DOS FUNDAMENTOS PARA INABILITAÇÃO - DESATENDIMENTO AO ITEM 8.1.3 “f” DO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO.

Compulsando-se minuciosamente a documentação de habilitação da recorrida, extrai-se que os acervos técnicos apresentados não correspondem ao solicitado no edital, eis que, dos três documentos, dois se tratam de empresa diversa da proponente (Proativa Construções LTDA EPP), restando apenas um acervo em nome da recorrida, porém, se refere a execução de reparos em colégio, enquanto que o objeto licitado é a execução de obra e instalação de infraestrutura esportiva.

Ora, o item 8.1.3 “f” determinava a apresentação de atestado pertinente e compatível com a natureza da licitação, comprovando que a empresa executou serviços de natureza do objeto da licitação em característica, quantidades e prazos.

O Atestado de Capacidade Técnica consiste na apresentação de documento que tem por objetivo comprovar o fornecimento de materiais, a prestação de serviços ou a execução de obras por parte de pessoa jurídica de direito público ou privado, ou pessoa física. Referido atestado deverá ser emitido por pessoa jurídica de direito

público ou privado, em papel timbrado, assinado por seu representante legal, ou procurador, discriminando o teor da contratação e os dados da empresa contratada.

Vislumbra-se o desatendimento expresso do edital, vez que o atestado deveria comprovar que a recorrida executou serviços da natureza licitada, o que não ocorreu, *verbis*:

GOVERNO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
NÚCLEO REGIONAL DA EDUCAÇÃO DE UMUARAMA

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

ATESTO PARA OS DEVIDOS FINS QUE A EMPRESA CONSTRUTORA BERIT LTDA - ME, INSCRITA NO CNPJ Nº 15.710.012/0001-87, COM SEDE À RUA PEDRO GENERO, 385, JOQUELINHA, ATRAVÉS DO ENG. CIVIL RESPONSÁVEL CARLOS HENRIQUE FELIPE POÇAS, CREA PR-39815/D, EXECUTOU OBRA E SERVIÇO PARA A SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO - SEED, INSCRITO NO CNPJ Nº 76.416.985/0001-21, NO PERÍODO DE:

INÍCIO: 02/05/2016
TERMINO: 02/09/2016
ART. Nº 20162672877

SENDO: EXECUÇÃO DE REFORMA/REPAROS NO COLÉGIO ESTADUAL DUQUE DE CAXIAS, LOCALIZADO NA RUA AMAZONAS, 921, JD. LINDOIA, COLOMBÉRIA, COM ÁREA DE = 650,00M².

Umuarama-Pr, 12 de Setembro de 2016

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO PARANÁ

Certidão de Acervo Técnico

CARLOS HENRIQUE FELIPE POÇAS
Engenheiro Profissional: PR-139815/D
Acervo Técnico Nº: 4725/2016
Data de autenticidade: A 027.070

RNP Nº: 1713327520
Protocolo Nº: 2016/00319440

Registro Profissional: 20162672877
Responsável Técnico: CONSTRUTORA BERIT LTDA - ME
Serviço: PRESTACÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA - CIVIL
Objeto: EXECUÇÃO DE REFORMA/REPAROS NO COLÉGIO ESTADUAL DUQUE DE CAXIAS, LOCALIZADO NA RUA AMAZONAS, 921, JD. LINDOIA, COLOMBÉRIA, COM ÁREA DE = 650,00M².
Data de início: 02/05/2016
Data de término: 02/09/2016
Data de conclusão: 02/09/2016
Situação: EXECUÇÃO DE REFORMA/REPAROS NO COLÉGIO ESTADUAL DUQUE DE CAXIAS, LOCALIZADO NA RUA AMAZONAS, 921, JD. LINDOIA, COLOMBÉRIA, COM ÁREA DE = 650,00M².

Logo, é impossível a manutenção da habilitação da empresa recorrida, seja pelos acervos apresentados pelo engenheiro se referirem a outra empresa (Proativa

Roxaneire

Construções LTDA EPP), seja pelo objeto indicado no acervo ser diverso do previsto no instrumento convocatório, até porque, o edital não é vago/genérico neste quesito, mas expresso ao indicar "Execução de Obra e Instalação de Infraestrutura Esportiva".

Sabe-se que um dos princípios que regem e ordenam as licitações além do princípio do procedimento formal; publicidade de seus atos; igualdade entre os licitantes; é o da vinculação ao instrumento convocatório, o qual resguarda maior segurança ao licitante e ao interesse público, este, extraído do princípio do procedimento formal, o qual determina a observância das regras por ela própria lançadas, ou seja, o atendimento das exigências entabuladas em seu próprio edital.

Nesta seara, leciona Hely Lopes Meirelles:

"Desclassificação das propostas é sua eliminação pela desconformidade com o pedido no edital ou no convite, ou por sua manifesta inexecutibilidade. Realmente, as propostas deverão satisfazer na forma e no conteúdo as exigências do edital, de modo que, sua desconformidade com o edital enseja a rejeição liminar em fase de julgamento. (MEIRELLES. Hely Lopes, 24ª Ed., Direito Administrativo Brasileiro, São Paulo - SP, 1990 - Fls. 274.)

Vislumbra-se a obrigatoriedade em atender aos quesitos formais exigidos, ou seja, nos moldes descritos em edital.

A lei é expressa ao determinar que a Administração Pública não tome conhecimento das propostas formuladas por candidato inabilitado. Reprime-se, desse modo, que uma proposta aparentemente muito vantajosa prejudique a apreciação imparcial da Administração acerca dos requisitos de habilitação.

Se a Administração apreciasse conjuntamente a habilitação e propostas poderia ser tentada a reconhecer habilitado o licitante apenas em função de uma proposta aparentemente vantajosa (*Marçal Justen Filho*). Portanto, o descumprimento de exigências constantes em edital, notadamente quando, como *in casu*, foram apresentadas de forma absolutamente claras, enseja a desclassificação justificada da concorrente, eis que desatendida exigências mínimas para respectiva habilitação.

A exigência de apresentação dos documentos não é apenas do edital, mas também da legislação que trata sobre as licitações (Lei nº 8.666/93), decorrente de regra geral, destinado a todos os pretendentes a participação nos certames licitatórios, desatender tal exigência, portanto, implica, em infringir o princípio de maior incidência no tema, qual seja, o da isonomia.

A este respeito a tranquila jurisprudência:

Dados Gerais:

Processo:

AI 70068628486 RS

Relator(a)	Marilene Bonzanini
Julgamen	11/03/2016
Órgão Jul	Vigésima Segunda Câmara Cív
Publicaçã	Diário da Justiça do dia 18/03

Ementa: AGRAVO DE INSTRUMENTO. LICITAÇÃO E CONTRATO ADMINISTRATIVO. MANDADO DE SEGURANÇA. PEDIDO DE LIMINAR. INABILITAÇÃO. ATESTADO TÉCNICO SOBRE SERVIÇOS DIVERSOS DOS LICITADOS. AUSÊNCIA DOS REQUISITOS AUTORIZADORES. FUMUS BONI IURIS NÃO EVIDENCIADO. O deferimento de medida liminar em mandado de segurança exige a presença dos requisitos do inciso III do art. 7º da Lei nº 12.016/2009, quais sejam, a relevância do fundamento invocado pelo impetrante e o risco de que a decisão final possa resultar ineficaz, se a providência não for desde logo adotada. Caso em que a agravante não apresentou atestado técnico referente a serviço similar ao do objeto do certame de que participa, desatendendo às normas do edital, razão porque se afigura correto o ato administrativo que a inabilitou, nos termos do artigo 41, "caput", da Lei 8.666/93. Jurisprudência do TJRS. NEGADO SEGUIMENTO AO AGRAVO DE INSTRUMENTO. (Agravado de Instrumento Nº 70068628486, Vigésima Segunda Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Marilene Bonzanini, Julgado em 11/03/2016). (negritou-se)

Dados Gerais

Processo	AC 50240272420124047200	SC 5024027-24.2012.404.7200
Relator(a)	FERNANDO QUADROS DA SILVA	
Julgamen	11/12/2013	
Órgão Julgador:	TERCEIRA TURMA	
Publicaçã	D.E. 16/12/2013	

Ementa: ADMINISTRATIVO. MANDADO DE SEGURANÇA. PREGÃO ELETRÔNICO. PRINCÍPIO DA VINCULAÇÃO AO EDITAL DE LICITAÇÃO. 1. Sobre o assunto, deve ser prestigiado o princípio da vinculação ao edital de licitação, interpretado este como um todo, de forma sistemática. Desta maneira, os requisitos estabelecidos nas regras editalícias devem ser cumpridos fielmente, sob pena de inabilitação do concorrente, nos termos do art. 43, inciso IV, da Lei nº 8666/93. 2. No caso em tela, apesar de toda a argumentação ventilada, certo que a empresa impetrante apresentou equipamento fora das especificações técnicas exigidas para o objeto da licitação em questão, desatendendo às exigências estabelecidas no instrumento editalício, impondo-se, desta maneira, a consequente inabilitação para o certame. (sublinhou-se)

Como se extrai, o princípio da vinculação ao instrumento convocatório privilegia a transparência do certame, garantindo a plena observância dos princípios da igualdade, impessoalidade, publicidade, moralidade e probidade administrativa.

Por toda a fundamentação ventilada, descabida a hipótese de manutenção da habilitação da recorrida, uma vez que não se afigura razoável a interpretação da forma sistemática diversa daquela já consolidada, no sentido de que o não preenchimento dos requisitos editalícios e, inclusive, da legislação regulamentadora da matéria, ensejam a imediata desclassificação da licitante.

Loxmeiro

Restou demonstrado, portanto, a incapacidade técnica da recorrida para execução do objeto licitado.

III – DOS PEDIDOS E REQUERIMENTOS.


Ante todo o exposto, requer-se a esta r. Comissão:

a) em *prima facie*, o recebimento e análise das razões recursais, porquanto, tempestivas e ;

b) o provimento do presente recurso, para que seja INABILITADA a Construtora Berit.

Termos em que,
Pede e aguarda deferimento.

Mandaguari, 13 de outubro de 2017.


ROSIMEIRE DE PAULA MARCHINI EIRELI EPP

10931672/0001-74

ROSIMEIRE DE PAULA
MARCHINI EIRELI - EPP

Rod BR 376, N°3127
CEP 86975-000 - Pq. Ind I Mandaguari - PR